

As formas lógicas da argumentação

Nem tudo que parece coerente é de fato persuasivo no campo da retórica

Por JOSÉ LUIZ FIORIN

Observemos este silogismo:
 "Todo ser vivo precisa de água.
 A aveia é um ser vivo.
 Logo, a aveia precisa de água."

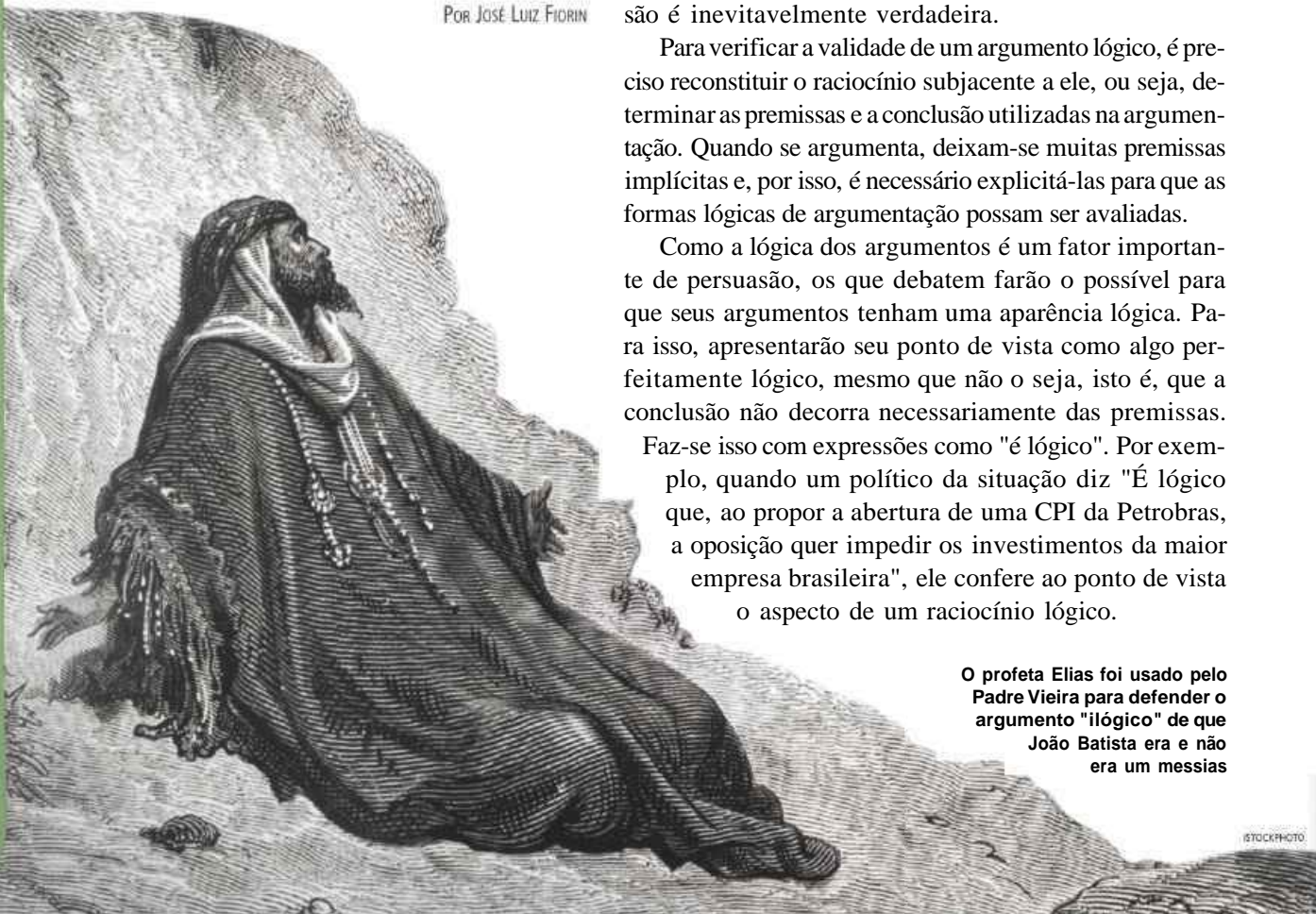
Esse raciocínio é lógico porque sua conclusão decorre necessariamente das premissas colocadas, o que significa que, se suas premissas são verdadeiras, a conclusão é inevitavelmente verdadeira.

Para verificar a validade de um argumento lógico, é preciso reconstituir o raciocínio subjacente a ele, ou seja, determinar as premissas e a conclusão utilizadas na argumentação. Quando se argumenta, deixam-se muitas premissas implícitas e, por isso, é necessário explicitá-las para que as formas lógicas de argumentação possam ser avaliadas.

Como a lógica dos argumentos é um fator importante de persuasão, os que debatem farão o possível para que seus argumentos tenham uma aparência lógica. Para isso, apresentarão seu ponto de vista como algo perfeitamente lógico, mesmo que não o seja, isto é, que a conclusão não decorra necessariamente das premissas.

Faz-se isso com expressões como "é lógico". Por exemplo, quando um político da situação diz "É lógico que, ao propor a abertura de uma CPI da Petrobras, a oposição quer impedir os investimentos da maior empresa brasileira", ele confere ao ponto de vista o aspecto de um raciocínio lógico.

O profeta Elias foi usado pelo Padre Vieira para defender o argumento "ilógico" de que João Batista era e não era um messias



Transitividade

Nesse esforço de dar ao argumento um caráter lógico, usam-se também os argumentos quase lógicos, que são os que têm uma estrutura semelhante à de um raciocínio lógico, mas suas conclusões não são logicamente necessárias. Os raciocínios lógicos constroem-se com base nos princípios da não contradição, da identidade, da transitividade etc. É pelo princípio da transitividade que se estrutura o argumento lógico *se $a = b$ e $b = c$, então $a = c$* . Já a afirmação *Os inimigos de meus amigos são meus inimigos* lembra a estruturação lógica segundo o princípio da transitividade, mas não é necessariamente verdadeiro que os inimigos de meus amigos sejam meus inimigos.

Todos trabalhamos com argumentos quase lógicos, já que é da essência da argumentação operar com raciocínios preferíveis, possíveis, plausíveis, prováveis.

Freqüentemente, dá-se a entender que se está aplicando o princípio da consistência lógica, quando se infere que, se se pensa uma coisa, então é lógico que se deva pensar o contrário. Por exemplo: "Se não se é contrário a que as pessoas não fumem em lugares fechados, então elas não deveriam opor-se a que se fume nesses lugares". Nesse caso, o que se faz é considerar da mesma natureza as proposições negativa e positiva: não fumar em lugares fechados e fumar em lugares fechados, sem atentar para as conseqüências dos atos.

Inconsistências

Quando se avalia a consistência lógica de um ponto de vista, é preciso verificar, em primeiro lugar, se existe inconsistência entre as premissas. Elas serão incoerentes quando forem contraditórias, ou seja, quando não puderem ser verdadeiras ou falsas ao



mesmo tempo: "Não acredito em bruxas, mas que elas existem, existem"; "Sarney segue as regras da impessoalidade no serviço público. Ele só apadrinha seus parentes e agregados". Não pode ser verdadeiro ou falso, ao mesmo tempo, seguir as regras da impessoalidade no serviço público e apadrinhar parentes; não acreditar em bruxas e afirmar sua existência. As premissas são também incongruentes quando elas são contrárias, isto é, não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, mas podem ser ambas falsas: "Ele é meu pai; ele é meu irmão". Também há incoerência entre as premissas quando elas não têm relação entre si: "Ele fez uma operação de redução do estômago. Então, ficou ciumento".

No entanto, no âmbito da argumentação nem sempre a consistência lógica serve para avaliar um argumento, pois a argumentação joga com elementos pragmáticos, que tornam o ilógico lógico ou vice-versa.

Persuasão

No Sermão da Terceira Domingo do Advento, Vieira parte do episódio bíblico (João, 1, 19-34), que narra a ida a João Batista de uma embaixada de sacerdotes e levitas de Jerusalém, para perguntar-lhe quem era, e sua resposta de que era a voz que clama no deserto. Num dado trecho, afirma:

"O Batista, perguntado se era Elias, respondeu que não era Elias: *Non sum. E* Cristo no capítulo onze de S. Mateus disse que o Batista era Elias: *Joannes Baptista ipse est Elias*. Pois se Cristo diz que o Batista era Elias, como diz o mesmo Batista que não era Elias? Nem o Batista podia enganar, nem Cristo podia enganar-se: como se hão de concordar logo estes textos? Muito facilmente. O Batista era Elias, e não era Elias; não era Elias, porque as pessoas de Elias e do Batista eram diversas; era Elias, porque as ações de Elias e do Batista eram as mesmas. A modéstia do Batista disse que não era Elias, pela diversidade das pessoas; a verdade de Cristo afirmou que era Elias, pela uniformidade das ações. Era Elias, porque fazia ações de Elias. Quem faz ações de Elias é Elias; quem fizer ações de Batista será Batista; e quem as fizer de Judas será Judas".

Observe-se que Vieira explica a existência de duas premissas contraditórias: João Batista era Elias e não era Elias. Quando ele distingue o sentido do termo "ser Elias", como sendo ora a diversidade de pessoas, ora a uniformidade das ações, o argumento deixa de ser ilógico e se torna poderosamente persuasivo.

JOSÉ LUIZ FIORIN É PROFESSOR DE LINGÜÍSTICA DA USP E AUTOR DO LIVRO *EM BUSCA DO SENTIDO: ESTUDOS DISCURSIVOS (CONTEXTO)*